



CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL.

Parecer ao Projeto Nº 5.158/19

Origem:

<input checked="" type="checkbox"/> Poder Executivo	<input type="checkbox"/> Poder Legislativo	<input type="checkbox"/> Iniciativa Popular
---	--	---

Datas e Prazos:

Data Recebida:	26	08	2019
Data para emitir parecer:			

Prazos para emitir Parecer		Imediato (art. 138, R.I)
		4 dias (art. 68, § 2º, R.I)
	x	8 dias (art. 68, R.I)
		16 dias (art. 68, § 1º, R.I)
		24 dias (art. 68, § 1º, R.I)

Ementa:

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências

Despacho do Presidente:

Designo para relator: Luís Antônio Dutra, em 28/08/2019.

Luís Antônio Dutra  
Presidente da Comissão

I - Relatório:

Trata-se de Projeto de Lei que Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências

O Projeto de Lei originário do Chefe do Poder Executivo foi protocolado nesta Casa em 26/08/2019, sendo lido em Plenário, para a devida publicidade, no grande expediente da sessão ordinária da mesma data.

Após, seguindo o trâmite regimental, o Projeto de Lei foi encaminhado a esta Comissão em 27/08/2019.

É o relatório.



## II – Análise

Incube a Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final a estudar as proposições e os assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles a sua opinião para orientação do Plenário, conforme art. 46 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba.

Segundo Justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico, Sra. Carina Genovez Ferreira, pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano, Senhora Adaliany Vieira Constantino, e pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Adriane Martins, o presente projeto *“tem como finalidade a suplementação orçamentária por anulações parciais e/ou totais de recursos próprios, tendo em vista a necessidade de aporte orçamentário para despesas de custeio, investimentos e de folha de pagamento.”*

Em análise da legalidade e constitucionalidade do projeto de lei, verificam-se, de um modo geral, três perspectivas fundamentais: a matéria legislativa proposta deve se encontrar entre aquelas autorizadas pela CF/88 aos Municípios; se foi respeitada a rígida observância das preferências quanto à iniciativa para proposição prevista pela ordem jurídico-constitucional e a possibilidade de violação por parte da matéria legislativa proposta aos direitos fundamentais ou instituições tuteladas por regras ou princípios constitucionais.

Ainda nos termos do Art. 46, Inciso III da Lei Orgânica Municipal cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre orçamento anual, plano plurianual, diretrizes orçamentárias e autorização para abertura de créditos suplementares e especiais.

Assim, pode e deve o município requerer ao respectivo Poder Legislativo municipal a abertura de crédito suplementar ou especial.

Constata-se ainda que a referida abertura de Crédito servirá para reforçar dotações orçamentárias das Secretarias Municipais de Administração (SEAD) e de Desenvolvimento Urbano (SEDURB) e que as mesmas serão cobertas com recursos financeiros provenientes de anulações parciais e/ou totais das dotações do orçamento vigente, mais especificamente da SEAD e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico (SEDETUR).

Desse modo, está o Município plenamente autorizado pela ordem constitucional em vigor a editar norma com o conteúdo jurídico disposto pelo presente projeto de lei, bem como se constatou que o Chefe do Executivo Municipal possui prerrogativa para iniciar o processo legislativo quando se trata de matéria dessa natureza, em face do previsto pelo inciso III, do art. 165, da CF/88, c/c art. 72, inciso IV da LOM.

Diante do exposto, verifica-se que não há a violação de qualquer regra ou princípio fixado pela Constituição Federal, razão pela qual, não existe nenhum elemento que impeça à sua regular tramitação, no interior do presente processo legislativo.



Encaminhe-se à Comissão de Finanças e Orçamento para parecer.

III – Voto

Voto pela legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei, devendo ser encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento.

Relator

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO RELATOR**

**Parecer da Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final**

A Comissão de Legislação, Constituição, Justiça e Redação Final, em reunião do dia 28 de agosto de 2019, opinou por unanimidade pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.158/2019.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 2019.

Luís Antônio Dutra  
**Presidente**

Anderson Teixeira  
**Vice-Presidente**

Humberto Carlos dos Santos  
**Membro**